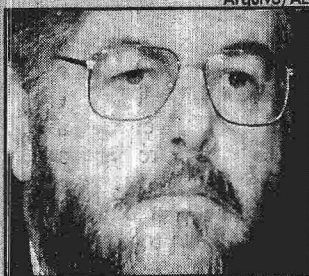


## ECONOMIA

Arquivo/AE



Barelli: redutor.

**Nesta página:** com a confirmação das metas de unificar as taxas do câmbio, de elevar os juros e de conter as tarifas públicas, o mercado acredita que o objetivo do governo é ganhar tempo até janeiro, para então aplicar o seu plano econômico. FHC vai apresentar ao FMI um programa que prevê também a eliminação, até 1994, do atual déficit operacional do setor público. **Página 7:** apesar do Confaz querer aumentar o ICMS dos carros, estudo mostra que a arrecadação cresceu com a redução do imposto. **Seu Dinheiro:** bolsas de novo em baixa. Juros em alta (pág. 8).



Coca tem plano para enfrentar a Pepsi

# Começa primeira fase do plano

JURO ALTO E PREFIXAÇÃO DE TARIFAS PODEM SEGURAR INFLAÇÃO ATÉ JANEIRO, QUANDO NOVAS MEDIDAS SERIAM TOMADAS.

## COMENTÁRIO

155

## UMA IDEIA SIMPLES

### Teses do redutor e da prefixação agradam

Se todos — industriais, comerciantes, agricultores, prestadores de serviços, trabalhadores em geral e governo — reajustassem seus preços por um índice inferior à inflação passada, teríamos uma queda contínua do índice inflacionário, até chegarmos a um nível perfeitamente tolerável. As teses do redutor e da prefixação agradam muita gente porque estão baseadas nessa ideia simples. Difícil é colocá-la em prática com êxito, dadas as tremendas divergências de interesses de cada ator que for chamado a participar dessa peça. Provavelmente por causa da simplicidade de seu enunciado, porém, a ideia volta à cena com frequência, como está ocorrendo agora. O governo anunciou sua disposição de aplicar um redutor nos reajustes das tarifas públicas, como forma de estimular a iniciativa privada a seguir seus passos. A proposta, diz o ministro Fernando Henrique, baseia-se num "esforço voluntário de combate à inflação".

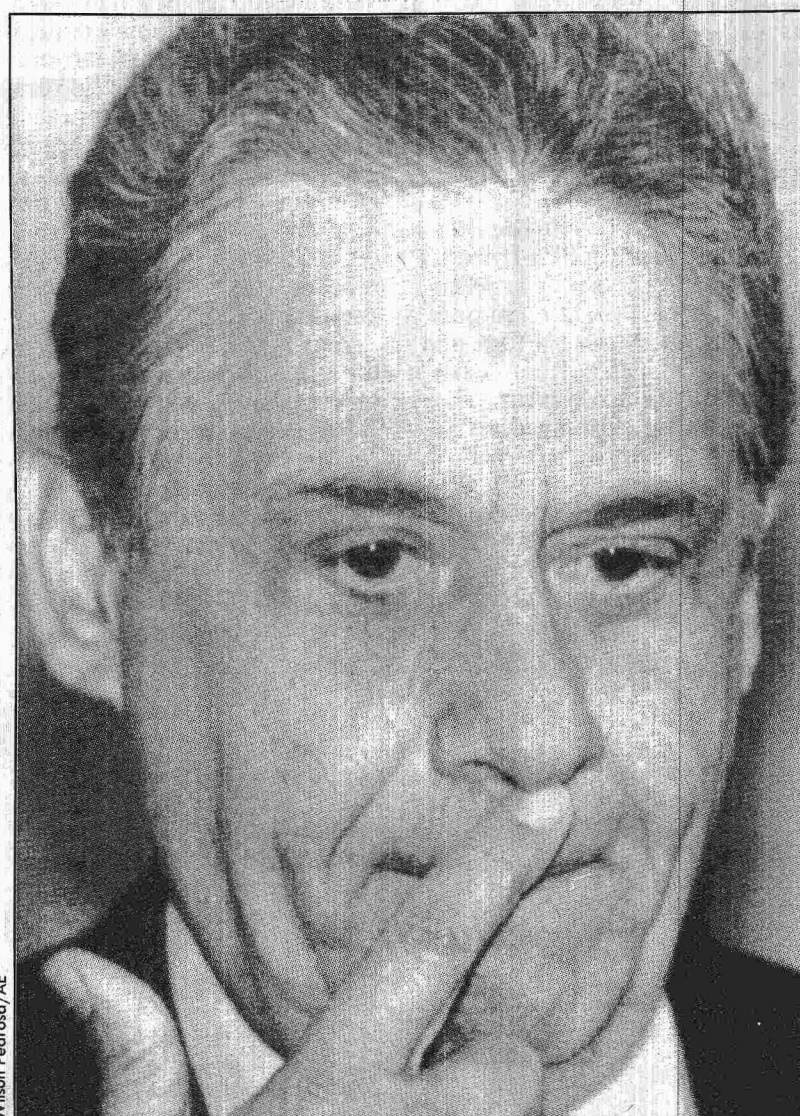
Razões para que o empresário privado entre nesse jogo não faltam. Um deles está sendo exposto com clareza pelo ministro do Trabalho, Walter Barelli. Com base em cálculos realizados por sua assessoria, Barelli diz que, como consequência do redutor que está sendo aplicado nos salários, a inflação já deveria ter baixado 2,25 pontos percentuais (tomando-se por base uma inflação mensal de 30%). O que vimos, no entanto, foi que, por artes da economia indexada ou da cultura inflacionária que se alastrou por toda a sociedade, o efeito veio com sinal trocado: a inflação subiu praticamente na mesma proporção em que deveria ter baixado. A aplicação do redutor sobre tarifas, outro importante componente dos custos

de produção, deveria produzir uma queda ainda maior da inflação, mas, se o exemplo do redutor sobre os salários for seguido, já sabemos o que vai acontecer.

Mas pode acontecer que, dessa vez, o efeito seja exatamente aquele que se espera, ou seja, que a inflação comece a cair de maneira persistente. É com isso que o governo conta. Mas, de sua parte, ele não pode fazer mais do que conter as tarifas e os preços públicos, e torcer, pois os mecanismos usuais de "coordenação das expectativas inflacionárias" — expressão que os economistas costumam utilizar quando se referem a alguma forma negociada de controle de preços —, sobretudo as câmaras setoriais, foram abandonados. Quanto ao controle dos preços, nesta altura do campeonato não há mais espaço para o seu estabelecimento, não só porque o governo não dispõe mais de nenhum instrumento para isso (CIP não existe mais, Sunab não tem mais como controlar preços), mas também porque esse controle não seria tolerado pelos agentes econômicos.

Ainda que tudo ocorra de acordo com a expectativa mais otimista do governo, porém, não se deve contar com uma queda muito expressiva da inflação nos próximos meses. A queda seria tanto maior quanto maior fosse o redutor. Mas este não pode ser grande demais, pois aumentaria a pobreza, no caso dos salários, e o déficit público, no caso das tarifas. No fundo, para o governo, se a inflação não subir já será um ganho — pelo menos de tempo para a preparação da "paulada" anunciada pelo ministro Fernando Henrique e que todos sabem que virá, embora ainda não se tenha certeza de quando nem de como.

Jorge J. Okubaro



Wilson Pedrosa/AE

FHC: apoio de Itamar para elevar os juros.

Após as surpresas causadas por uma pequena sucessão de acontecimentos — como a confirmação dos planos para unificar as taxas do câmbio, a elevação repentina dos juros e, agora, as chances de contenção das tarifas públicas —, o mercado financeiro começa a juntar as peças do que parece ser um quebra-cabeça bastante coerente com uma fase de preparação para a prometida "paulada" na inflação. Na avaliação do diretor de uma instituição de primeira linha, ouvido pela repórter Rosa Riscala, do AE-News/Broadcast, essa fase duraria aproximadamente três meses. "O governo ganharia tempo, até janeiro, segurando os índices inflacionários com juro real, enquanto tentaria uma prefixação informal do câmbio e dos preços públicos", disse esse executivo. Além disso, faria um esforço para zerar o déficit operacional público (veja abaixo).

A intenção da equipe econômica nessa fase pré-plano não seria derrubar a inflação, mas impedir que ela continue subindo. Acredita-se que, com esses instrumentos, a inflação possa se manter em torno de 34% a 36% ao mês. Mesmo porque as expectativas para novembro são favoráveis, com o alívio de pressões sazonais, como a entressafra, vestuário e alugueis.

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, disse que conta "com total apoio" do

presidente Itamar Franco para elevar as taxas de juros todas as vezes que o mercado financeiro especular com a alta ou descontrole da inflação, revelou ontem o ministro, durante solenidade de assinatura de rolagem da dívida de 12 Estados. O ministro mandou um recado aos especuladores: "Quem apostar contra o governo vai perder, porque o Banco Central tem reservas sólidas e não terá inibição e nenhum receio em puxar a taxa de juros". Esta foi a primeira vez que FHC citou nominalmente o presidente Itamar para garantir que a elevação dos juros é uma política de governo. Ele insistiu que o Itamar "é senhor da situação também e sabe de todos os passos da equipe econômica".

Fernando Henrique confirmou que o governo poderá negociar com a iniciativa privada a utilização de um redutor para os preços dos produtos. Segundo ele, uma medida como essa, se adotada, será negociada com os empresários. A adoção de um redutor para as tarifas públicas e negociação da mesma política com a iniciativa privada foi admitida pelo ministro da Indústria e Comércio, Andrade Vieira. "O que o ministro Andrade Vieira disse é que é um esforço espontâneo para isso", disse Fernando Henrique. O ministro do Trabalho, Walter Barelli, também defendeu ontem a adoção do redutor para tarifas.

## SETOR PÚBLICO

## META: ZERAR DÉFICIT OPERACIONAL

### Programa será apresentado ao Fundo Monetário Internacional

O programa econômico que o ministro Fernando Henrique Cardoso apresentará ao Fundo Monetário Internacional no final deste mês prevê que o atual déficit operacional do setor público, estimado em US\$ 34 bilhões, será zerado em 94. A meta de zerar o déficit operacional é a mesma que teve o ex-ministro da Economia, Marílio Marques Moreira, para

1993, e mostra o ambicioso ajuste fiscal que o governo pretende realizar no próximo ano. Para cumprir essa meta, o governo terá que cortar despesas e arranjar novas receitas, equivalentes a 8% do PIB. Para zerar o déficit, o ministro Fernando Henrique pretende refazer os cálculos da proposta orçamentária encaminhada ao Congresso em agosto. O projeto

de Orçamento prevê um déficit primário (receita menos despesas) de US\$ 10 bilhões. A ideia é obter um superávit primário superior a 3% do PIB.

Ontem, o governo criou mais sete grupos técnicos interministeriais que estudarão medidas para a ampliação do controle sobre os bancos federais, uma das medidas do Plano de Ação Imediata

(PAI) do ministro da Fazenda. Esses grupos se unirão a outros dois que, há três meses, estudam o saneamento financeiro da CEF e a reestruturação administrativa do Banco do Brasil. No final do próximo mês, o governo pretende anunciar as primeiras medidas de saneamento e ampliação do controle sobre as instituições financeiras federais.